

PENSANDO A DIÁSPORA ATLÂNTICA

Thinking about the Atlantic Diaspora

Lúcia Helena Oliveira
SILVA*

 luciasilva@assis.unesp.br

*Universidade Estadual
Paulista
Assis, SP, Brasil

Regina Célia Lima
XAVIER**

 regx@uol.com.br

**Universidade Federal do
Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

O texto procura discutir os diferentes significados que o termo diáspora tem assumido desde seu surgimento nos primeiros anos do século XX passando pelos debates na História da África, História da Diáspora Atlântica e os sentidos contemporâneos.

Palavras-chave: Diáspora, História da África, História da Diáspora, Pan-Africanismo.

ABSTRACT

The text seeks to discuss the different meanings that the term diaspora has assumed since its emergence in the early years of the twentieth century through the debates in the History of Africa, History of the Atlantic Diaspora and the contemporary senses

Keywords: Diaspora, History of Africa, History of the Diaspora, Pan-Africanism.

Os estudos da diáspora constituem nos dias atuais um campo de reflexão teórico metodológico consolidado. Para melhor compreendê-lo talvez seja útil recuperar, principalmente nos debates acadêmicos, o processo de constituição deste conceito, referir diferentes formas de abordagem e considerar, por fim, algumas de suas contribuições. Longe de esgotar a questão, ao acompanhar as propostas analíticas de alguns autores, pretendemos considerar a complexidade do tema e discutir sua potencialidade analítica para as pesquisas no Brasil.

Diáspora pode ser entendida como um conceito com múltiplos significados. Em termos gerais o termo diáspora tem designado a dispersão forçada do povo africano pelo mundo atlântico especialmente no hemisfério ocidental. Por extensão o termo passou a ser estendido a processos históricos semelhantes tanto no Mediterrâneo quanto nos mundos do Oceano Índico. O surgimento deste conceito foi originalmente tirado da bíblia a partir das traduções gregas, baseando-se na etimologia muito citada do termo do grego *dia* que significa "através" e *speirein* que significa "semear" ou "Dispersão". O termo é encontrado no livro do Deuteronômio 28:25.

Para além do sentido religioso aonde ele foi usado para definir a migração dos judeus dispersos pelo mundo depois do cativeiro da Babilônia, o termo também foi usado para designar migrações traumáticas. Em algumas publicações do século XX este termo foi utilizado para se referir às diásporas gregas e armênias e seu sentido voltado para dispersões religiosas judaica e cristã. Na década de 1960 o termo passou a ter seu sentido ampliado, mais precisamente em 1965, quando George Shepperson reuniu pela primeira vez os termos "diáspora" "africana". Ao cunhar esta expressão ele afirma que quis explicitamente fazer paralelo entre a diáspora judaica e a dispersão de africanos como consequência do tráfico de escravos¹. Para Shepperson esta conexão já era reconhecida tanto pelos afro-americanos como por intelectuais caribenhos que faziam conexões entre seu próprio povo no exílio e o dos judeus².

Os primeiros usos do conceito diáspora africana e atlântica estão ligados aos chamados Estudos Africanos surgidos também na década de 1960 nas disciplinas de História da África e Estudos Afro-americanos. O primeiro Instituto de Estudos da Diáspora Africana foi criado na Howard University em 1979 e reuniu um grupo internacional de acadêmicos que promoveram uma série de conferências, projetos de pesquisa e programas acadêmicos. Além da participação das universidades americanas, outras universidades em Londres, Alemanha, França entre outros também criaram centros de pesquisa. Estes estudos fortaleceram uma área que já existia e foi alimentada pelas investigações realizadas desde o início do século XX que tinha colaboradores como W.E.B. Du Bois, Arthur Alfonso Schomburg, Anna Julia Cooper, CLR James, Eric Williams entre outros que ao trabalharem com o Pan-africanismo já pensavam o sentido de diáspora³. Estas investigações ampliaram o discurso de internacionalismo e procuraram conjugar os interesses culturais e políticos dos povos africanos com as de seus descendentes. Sobre este direcionamento Edwards (2017) afirmou

[os estudos] em direção a uma articulação unificada dos "povos africanos" no nível da política internacional foi influenciada por diversas correntes populares; a mais importante dessas correntes incluía as diversas ideologias sobre o "retorno", que foram um

componente frequente da experiência africana no Novo Mundo. De fato, Du Bois chegaria mesmo a afirmar que as motivações do pan-africanismo são paradigmaticamente afro-americanas. Se as populações negras do Novo Mundo tiveram sua origem na fragmentação, na opressão racializada e na desapropriação sistemáticas do comércio escravagista, então o impulso pan-africanista origina-se da necessidade de confrontar ou curar esse legado por meio de uma organização ela mesma racial: por meio de ideologias de um retorno real ou simbólico à África. (Edwards, 2017, p. 42)

Para Edwards, Du Bois foi o grande articulador da ideia de união dos povos africanos que dizia que haviam sido separados em suas origens mas unidos na experiência de um retorno a África. Esta postura de Du Bois e de outros militantes e intelectuais norte-americanos era motivada principalmente pela crescente desilusão com ausência de cidadania para com cidadãos negros e a longa permanência do regime de *apartheid*⁴.

Para Alpers houve uma grande aceitação do termo e em sua opinião uma das razões estava no fato que ela associava as grandes semelhanças na história comparativa das duas grandes dispersões, especialmente aquela relacionada com o papel da “escravidão e imperialismo” (Alpers, 2001, p. 13). Ele ainda observou que “diáspora africana” ganhou valor como uma descrição do grande movimento e passou ressignificar a saída das milhares de pessoas da África no hemisfério ocidental. A esta altura o termo era um conceito ao qual seu criador buscou ampliar seu sentido abrangendo as diversas migrações africanas como a migração de escravos africanos para a Europa antes da abertura do tráfico de escravos transatlântico e a migração forçada dos africanos pelos povos muçulmanos. Contudo Alpers lembra que apesar das ampliação de sentidos de Shepperson o próprio o africanista reconheceu que o coração da diáspora africana era o período de quase quatrocentos anos da escravização europeia imposta aos africanos.

O estímulo dado aos chamados Black Studies iniciado nas décadas de 1960 levou a uma onda de novos estudos em torno de diáspora. Brubaker (2005) apontou o que ele chamou de “uma verdadeira explosão de interesse” sobre o tema entre o período do início dos anos 1970 e final dos anos 1980. Segundo seu levantamento “diáspora” e seus cognatos apareceram como palavras-chave apenas uma ou duas vezes por ano em dissertações na década de 1970, cerca de treze vezes ao ano no final da década de 1980 e quase cento e trinta vezes em 2001 lembrando que este levantamento circunscreveu apenas os Estados Unidos. Para ele a popularização do tema naturalmente extrapolou os significados iniciais e foi ampliado para acomodar as várias agendas intelectuais, culturais e políticas do contexto histórico. É o que ele chamou de uma “diáspora da diáspora” uma dispersão dos significados em termos semânticos, conceituais e disciplinares⁵.

Nesta perspectiva Clifford (1994) também enfatizou a necessidade do conceito de diáspora não se limitar a uma experiência histórica apenas. Ele entende que diáspora é um significativo, “não simplesmente de transnacionalidade e movimento, mas de lutas políticas”. Assim ela seria o produto de “processos violentos de deslocamento” e característico de sociedades que vivenciaram regimes de dominação política e desigualdade econômica e que também produzem uma cultura de resistência.

Para Gordon e Anderson (1999) o termo atuou como um rótulo concebido popularmente para as pessoas removidas/exiladas da África Subsaariana. Seu uso corrente surgiu a partir de meados dos anos 1950. Posteriormente diáspora também assumiu os sentidos de identificar, definir e caracterizar uma identidade transnacional aos povos de ascendência africana. Fazendo um percurso histórico da etimologia do termo, Alpers citado anteriormente, afirma que após a criação do termo tal como pensado por Shepperson o primeiro uso foi em um trabalho de Beachey (1967). Ele empregou o conceito para falar sobre a diáspora a partir da África Oriental. Beachey usou a definição para explicar a dispersão forçada dos africanos do leste para outras regiões da África e para o exterior, na condição de escravizados⁶.

Na década seguinte, foram publicadas diversas pesquisas como as de Drachler (*Black Homeland, Black Diaspora: Cross Currents of the African Relationship*) em 1975; Kilson e Rotberg (*The African Diaspora: Interpretive Essays*) em 1976; Irwin (*Africans Abroad: A Documentary History of the Black Diaspora in Asia, Latin America The Caribbean During the Age of Slavery*) em 1977 todos usando diáspora africana em diferentes perspectivas.

É necessário enfatizar também os esforços pioneiros de Harris que procurou em pesquisas dar maior abrangência ao conceito de diáspora africana. Ele editou uma excepcional coleção de ensaios sobre as "dimensões globais" da diáspora em 1982, trabalhando o conceito de diásporas no plural como ideia de dispersão global (voluntária e forçada) dos africanos ao longo da história. Harris acrescentou ao conceito as ideias sobre ao surgimento de uma identidade cultural dos egressos africanos no exterior com base na origem e condição social e também a ideia do retorno psicológico ou físico à terra natal, África. A partir de sua definição ampliada passou-se também a se considerar o psicológico e retorno físico de pessoas de ascendência africana à sua terra natal.

Posteriormente já década de 1990, Palmer (1998) fez ponderações sobre o uso do conceito usado para expressar a dispersão forçada africana realizada a partir do século XV. Para ele era preciso redimensionar os movimentos historicizando não uma, mas, as várias diásporas que haviam acontecido no continente africano. Segundo ele, a primeira diáspora africana teria acontecido em consequência do grande movimento dentro e fora da África há cerca de 100.000 anos. Este movimento cujos contornos ele ainda considera são bastante controversos, o ponto de partida necessário para qualquer estudo sobre a dispersão e povoamento dos povos africanos. Neste sentido, Palmer identifica cinco grandes movimentos de deslocamento que envolveram a África. A primeira diáspora seria uma consequência do grande movimento dentro e fora da África há cerca de 100.000 anos. Este movimento cujos contornos ainda são bastante controversos, constitui no ponto de partida necessário para qualquer estudo sobre a dispersão e povoamento dos povos africanos.

A segunda grande corrente diaspórica teria começado há cerca de 3000 a.C. com o movimento dos povos de língua bantu da região que constituem hoje as nações contemporâneas da Nigéria e Camarões para outras partes do continente Africano e para o Oceano Índico. Já a terceira grande corrente seria a diáspora comercial de comerciantes, mercadores, escravos, soldados e outros grupos para partes da Europa, Oriente Médio e Ásia e teria começado por volta do século V desta era. A quarta corrente diaspórica africana

teria se iniciado no século XV e sua característica principal seria sua associação ao comércio atlântico de escravizados africanos que levou de 11 a 12 milhões de pessoas para a América. Palmer considera que no século XX ainda se vivia o último processo diáspórico iniciado no século XIX. Este movimento seria caracterizado pelo deslocamento de africanos e povos de ascendência africana e seu reassentamento em várias sociedades. Ele conclui que tanto a penúltima como a última corrente diaspórica tiveram como característica primordiais a opressão “racial” e a resistência a ela⁷.

Outras dimensões

Os estudos da diáspora elaborados a partir da ideia de dispersão africana tiveram impacto, por outro lado, nos debates sobre a formação de uma cultura peculiar nas Américas. Referimos a seguir alguns estudos clássicos da diáspora que impactaram as pesquisas acadêmicas. Nesta perspectiva, o campo foi marcado inicialmente pela importância dos estudos antropológicos.

Um dos debates mais conhecidos envolveu autores como Frazier e Herkovitz ao pontuar suas diferentes abordagens do tema. Frazier, segundo nos ensina Holloway (1991), acreditava que os africanos, submetidos ao brutal processo de escravização nas Américas, haviam perdido sua cultura e, em decorrência disto, a cultura afro-americana tinha se desenvolvido em um processo muito próprio, não direta ou necessariamente influenciado pela África. Afinal, segundo esta visão a escravização atlântica havia aniquilado a estrutura social e cultural dos africanos. Neste processo restou a eles adaptarem-se a outros modelos de organização social. Em sua análise a ênfase era no caráter devastador da escravidão e na ruptura subsequente com os laços de suas origens africanas. Herkovitz (1943), a seu turno, pretendeu pesquisar os africanismos, aqueles elementos da cultura africana que teriam sobrevivido e marcado a formação cultural das Américas e do Caribe. Para ele era importante enfatizar, contrariamente a Frazier citado acima, a continuidade da cultura africana, perceptível ao analisar alguns elementos manifestos na cultura americana. Neste sentido, destacou em suas pesquisas as práticas funerárias, as expressões artísticas incluindo as danças e a música, o folclore, a contribuição linguística e, não menos importante, a devoção religiosa. Estas diferentes práticas seriam investigadas para auxiliá-lo em seus questionamentos sobre as origens africanas e suas condições de permanência em novos contextos. Em sua análise teve grande importância suas pesquisas sobre a América do Sul, valendo destacar seu interesse pelo Brasil. Holloway destaca, ainda, que apesar da imensa contribuição que trouxe aos estudos da diáspora ao apontar as sobrevivências africanas nas culturas americanas, Herkovitz foi posteriormente questionado por pensar a cultura ocidental africana como sendo relativamente homogênea⁸.

Sidney Mintz e Richard Price (2003) densificariam o debate ao enfatizarem, por um lado, o modelo de diáspora que assumia a ideia que os escravizados africanos tinham impactado significativamente as culturas nas Américas. Contudo, eles sublinharam a capacidade dos escravizados de operar inovações e adaptações tão significativas que resultariam em um processo particular no qual se daria a formação de uma cultura crioula. A influência africana, em suas análises não significava a conservação de uma tradição africana específica e estruturada, mas ao contrário, o compartilhamento de elementos diversos de suas culturas

originais. No contexto da escravização, recuperava-se o protagonismo dos africanos e sua capacidade de agir apesar (ou a partir) de suas diferentes origens e tradições. O impacto da ideia de criouliização marcaria uma nova forma de conceber a relação entre a África, o Caribe e as Américas.

Os debates que se seguiram buscaram superar a separação em campos diferentes da história da África e África diaspórica. Neste sentido, considerou-se, no interior da África, um processo de criouliização acentuando ali os diferentes contatos entre culturas diversas. Roquinaldo Ferreira (2006) ao analisar processos de criouliização na África e ao considerar a importância do tráfico em Angola na integração com o Atlântico vai perceber a "crioulidade definida e plasmada primordialmente pela cultura africana".

Ira Berlin (1999 *apud* Ferreira, 2006) sublinhou o papel dos crioulos atlânticos africanos que ao dominarem a língua e transitarem por entre a cultura europeia tornavam-se sujeitos cosmopolitas bem municiados para percorrer diferentes contextos. Os "crioulos atlânticos tinham em parte ou integralmente características culturais da África, Europa e Américas" sendo "parte destes lugares que se integravam no litoral atlântico". Neste sentido, torna-se relevante investigar práticas culturais que estavam ali conectadas. Não podemos deixar de destacar, também como um exemplo da complexidade destas interações culturais, a importância no Brasil de biografias como as de Alufá Rufino de Reis, Santos e Carvalho (2010) por nos dar a conhecer a trajetória de um indivíduo que transitou neste mundo atlântico e que foi capaz de integrar e ser integrado em diferentes lugares e culturas. É também o caso de destacar a experiência de libertos retornados a África que construíram ali um estilo de vida brasileiro (Cunha, 2012) ou, ainda, outros casos de formação de comunidades atlânticas nas quais havia uma interação marcada pela reciprocidade, enfim, é preciso pensar também como a África lidou com a influência americana. Ao centrar as análises na circulação de pessoas, no contato de diferentes línguas e culturas, abre-se a possibilidade de se recuperar as redes tecidas em diferentes partes do atlântico como afirma Hall (2005). Este processo diaspórico, inclusive, pode a rigor ser pensado tanto antes como após o tráfico.

Abordagens como estas dialogam em grande medida com trabalhos de Law (2005), Lovejoy (2003) e Soumonni (1999). Man (2001) ao apresentar a proposta destes autores destacou como eles focalizaram a experiência dos africanos ao acompanhá-los no processo de escravização, estudando os deslocamentos de povos específicos na África até sua chegada e estadia em diferentes sociedades e culturas nas Américas. Neste movimento, enfatizaram as diferentes formas de interação e como os africanos, em seus deslocamentos, levaram consigo suas tradições culturais, para poder compreender de forma mais objetiva e concreta o seu papel na diáspora. Ao seguir suas trajetórias específicas buscaram perceber diferentes rotas e conectar a história dos africanos na África com aquela história deles na América. O objetivo destes autores, ainda segundo Man, era ir além dos estudos de Herkovitz sobre as sobrevivências dos africanos ao evitar pensar a África a partir de ideias abstratas ou genéricas que pudessem, de alguma forma, homogenizar estas tradições africanas e americanas que são, na verdade, bastante heterogêneas e diversificadas.

As influências africanas precisavam ser historicizadas, pensadas a partir de um espaço e de temporalidades melhor recortadas. A história africana, em estudos como estes, se

descortinava a partir de uma concepção que enfocava a continuidade das experiências na diáspora. Contudo, esta forma entrelaçada de pensar a história da África e das Américas não foi pacífica no debate acadêmico. Muitos pensaram as influências escravas como uma forma de hibridização ou como aculturação. Mas para além destas diferentes formas de compreender a questão, Man assinala a importância de se entender em contextos específicos, históricos, a relação entre africanismo e criouliização. Ao questionar os limites desta dicotomização ressalta a importância de se conhecer a bagagem que os africanos trouxeram tanto quanto aquilo que ao desembarcarem encontraram. É uma forma de pensar a história interconectada através de influências mútuas sem deixar de considerar tanto as assimetrias quanto as reciprocidades. Ainda neste sentido, outros autores chamam a atenção para a necessidade de se pensar de forma mais profunda a contribuição das populações originárias (como no Brasil, o caso dos indígenas) neste processo.

Os estudos da diáspora mantém um diálogo profícuo com a história atlântica na medida em que esta última já foi muito criticada por dar demasiada ênfase ao atlântico norte, anglo-saxônico, por fazer pouca referência à África ou, ainda, por considerá-la de forma subordinada. Neste sentido, também é considerada a ideia de refletir sobre esta perspectiva por um viés que tenha outros olhares além do eurocêntrico. A história atlântica ao se definir dentro de um espaço específico, como uma unidade geográfica e conceitual singular, caracterizada por uma expressiva diversidade, não pode prescindir da história dos africanos⁹. No entanto não são desprezíveis as dificuldades de se dimensionar nas pesquisas as formas como estas diferentes partes se interconectam e interagem.

Thorton (1972 apud Hall, 2005), por exemplo, já apontou as dificuldades em mapear as fronteiras políticas da África atlântica. Para enfrentar esta imprecisão e ir além do enquadramento destas fronteiras – que no caso africano poderiam vir a ser bastante fluidas – propostas como as vistas acima, relativas ao estudo de trajetórias, podem oferecer algumas alternativas analíticas: ao trabalhar com regiões específicas em períodos determinados recupera-se a dinâmica do processo, evitando-se abstrações ou uma representação homogênea e idealizada da África. Estudos sobre a diáspora podem, inclusive, evitar o predomínio da perspectiva europeia e transformar as abordagens sobre as histórias coloniais tradicionais ao se privilegiar as comparações e as interações. Neste sentido, abre-se um caminho, tal como nos demonstra Hall (2005), para se interrogar sobre as questões étnicas e as identidades africanas acompanhando o impacto da dispersão de alguns indivíduos ou grupos assim como a capacidade deles de se reagrupar no contexto da diáspora. Talvez, neste sentido, possamos citar também a investigação de Reis no caso da revolta dos Malês na Bahia, na qual o autor busca compreender as raízes étnicas dos africanos escravizados no Brasil. Torna-se extremamente relevante considerar as guerras entre os reinos africanos, as relações ali existentes entre diferentes culturas e etnicidades para problematizar as identidades assumidas no Brasil. Notável, neste sentido, que é a forma como o autor considera a identidade nagô, como algo construído no Brasil através do processo da diáspora e o peso da etnicidade e da religiosidade na definição da sociabilidade dos sujeitos (Reis, 2003)¹⁰.

Não podemos deixar de mencionar também a riqueza e a densidade dos estudos de Man (2001) e de Hall (2005), no sentido de identificar a procedência dos escravos na

África, os deslocamentos dos povos no interior do continente, para melhor conhecer suas experiências na diáspora e pensar a construção das múltiplas identidades para além daquela “concepção binária de diferença” imposta pela história do tráfico.

Ao problematizar o período do tráfico atlântico, estas autores consideram cada uma a seu modo, os diferentes movimentos dos portos e a constituição de variadas rotas no tempo, incluindo investigações sobre o comércio no interior da África e como este impactou de forma específica áreas diferentes na América. Neste enquadramento os autores evitam tanto uma abordagem afrocêntrica quanto etnocêntrica.

Ao referirmos o debate acadêmico, queremos concluir mencionando as perspectivas analíticas que este campo abre para a pesquisa. Sem dúvida alguma o debate aponta para a necessidade e a riqueza de se pensar, por exemplo, de forma aprofundada o processo de escravização considerando, no tempo, como diferentes povos ou etnias foram comercializados, as diferentes rotas, a diversidade das experiências em locais variados no atlântico, recuperando a dinâmica deste processo. Sem dúvida esta não é uma tarefa fácil. Requer um trabalho de arquivo ampliado considerando múltiplos espaços geográficos e políticos, o que em alguns casos pode demandar do pesquisador o domínio de diferentes línguas e a estadia em diferentes regiões ou países. Uma história diaspórica, entrelaçada, pode implicar também o domínio de diferentes historiografias, tal como aquelas referentes tanto a história africana como americana ou caribenha.

Se não bastasse isso, em geral, a perspectiva da diáspora exige, ainda, certa experiência e maturidade na pesquisa das fontes. É sabido, por exemplo, a dificuldade de se evitar uma percepção homogenizadora dos africanos ao se buscar a recuperação de suas identidades étnicas, tendo em vista que, ao menos no Brasil, elas raramente são citadas de forma clara nos documentos. Aqueles produzidos no contexto do tráfico, como sabemos, indicam na maior parte das vezes os portos de embarque e não diretamente as origens étnicas dos africanos tais como vivenciadas na África. O processo de constituição de identidades, por sua vez, pode ser heterogêneo na medida em que pode resultar tanto de uma política de domínio social operada por traficantes ou senhores, quanto pode resultar da agregação de grupos no contexto da diáspora. Da mesma forma, alguns traços culturais, perceptíveis na linguagem, por exemplo, podem ser enganadores. Um termo pode existir em muitas línguas com sentidos, no entanto, diferentes¹¹.

Sem querer nos alongar em demasia na enumeração das dificuldades pretendemos ao longo deste texto demonstrar a complexidade da abordagem dos estudos da diáspora e, ao mesmo tempo, sublinhar sua contribuição ao nos propor novas interrogações sobre os enquadramentos das histórias coloniais, sobre os recortes nacionais, sobre os processos identitários, sobre os arranjos sociais e culturais construídos pelos sujeitos, entre tantos outros aspectos.

REFERÊNCIAS

- ALPERS, E. A. *Defining the African Diaspora*. Paper presented to the Center for Comparative Social Analysis Workshop October 25, 2001, University of California, Los Angeles.
- BAYLIN, B. *Atlantic History, concept and contours*. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 2005.
- BERLIN, I. From Creole to African: Atlantic Creoles and the Origins The African: American Society in Mainland North America. *William and Mary Quartely*, vol. LIII, n. 2, 1999.
- BRUBAKER, R. The 'diaspora' diaspora. *Ethnic and Racial Studies*, v.28, n.1, p. 1–19, 2005.
- CLIFFORD, J. Diasporas. *Cultural Anthropology*, v.9, n.3, p.302-338, 1994.
- CUNHA, M. C. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- CURRY, D. Y., DUKE, Eric D., SMITH, M. (orgs.) *A. Extending the Diaspora: New Histories of Black People*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2009.
- CURTIN, P. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Wisconsin Press, 1972.
- EDWARDS, B. H. Os usos da Diáspora. *Translatio*. Porto Alegre, n. 13, Junho de 2017.
- FERREIRA, R. "Ilhas Crioulas": o significado plural da mestiçagem Cultural na África Atlântica. *Revista de História*, n. 155, 2006, p. 17-41.
- FRAZIER, E. F. Rejoinder. In: HERSKOVITS, M. J. The Negro in Bahia, Brazil: a problem in method. *American Sociological Review*, Washington: American Sociological Association, v. 8, n. 4, 1943, p. 394-404.
- GAMES, A. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, June 2006, p. 741-757.
- GILROY, P. *Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. 34 e Cândido Mendes, 2001.
- GORDON, E. T. & ANDERSON, M. The African Diaspora: Toward an Ethnography of Diasporic Identification. *The Journal of American Folklore*, v. 112, n. 445, Theorizing the Hybrid, 1999.
- HALL, G. M. *Slavery and African Ethnicities in the Americas. Restoring the Links*. North Caroline: The University of North Caroline Press, 2005.
- HARRIS, J. *Global Dimensions of African Diaspora*. Washington DC: Howard Press, 1982.

HINE, D. C., KEATON, T. D., SMALL, S. (orgs.). *Black Europe and the African Diaspora*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2009.

HOLLOWAY, J. E. (ed.). *Africanisms in American Culture*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

JARDIM, D. F. LEAL, J., DIMANT, M. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 9-18, 2015.

LAW, R. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo "mina". *Tempo*, v. 19, p. 98-120, 2006.

MANN, K. Shifting Paradigms in the Study of the African Diaspora and of Atlantic History and Culture. *Slavery and Abolition*, v. 22, n. 1, 2001.

MANN, K. *Slavery and the Birth of an African City. Lagos, 1760-1900*. Bloomington: Indiana University Press, 2007.

PALMER, C. Defining and Studying the Modern African Diaspora. *AHA Perspectives on History*, September 1998, Defining and Studying the Modern African Diaspora, 1998.

PEREIRA, A.D. *Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994)*. In: MACEDO, JR. (Org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

REIS, J. J.; GOMES, Flávio S.; CARVALHO, Marcus J. M. *O Alufá Rufino. Tráfico, Escravidão e Liberdade no Atlântico Negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIDERI, E. The Diaspora of the Term Diaspora: A Working-Paper of a Definition, *Transtext(e)s Transcultures* [Online], n. 4, 2008.

SOUMONNI, E. The Administration of a Port of the Slave Trade: Ouidah in the Nineteenth Century. In LAW, R. & STRICKRODT, S. (eds.). *Ports of the Slave Trade (Bights of Benin and Biafra)*. Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1999.

STEELE, I. K. Exploding Colonial American History: Amerindian, Atlantic, and Global Perspectives, *Reviews in American History*, v. 26, n. 1, Mar., p. 70-95, 1998.

Notas

- 1 Citado por Albert Alpers. ALPERS, Edward A. *Defining the African Diaspora*. Paper presented to the Center for Comparative Social Analysis Workshop October 25, 2001.
- 2 O primeiro uso do termo foi realizado por George Shepperson em um paper apresentado em um Congresso Internacional de História Africana que ocorreu na Universidade de Dar es Salaam na Tanzânia em 1965. Posteriormente este texto foi publicado como "The African Abroad or the African diaspora" In: T.O. Ranger (ed.), *Emerging Themes of African History* (Nairobi, 1968), p. 152-176.
- 3 Estes intelectuais foram ativos participantes de movimentos em favor da educação dos negros e de um engajamento para a união dos negros e todo o mundo criando as bases para o Pan-Africanismo. Nesta direção é preciso lembrar da influência de importantes eventos como a Conferência Pan-Africana de 1900 organizada por Henry Sylvester William, os congressos organizados por W. E. B. Du Bois e outros intelectuais negros em 1919, 1921, 1923, 1927.
- 4 *Apartheid* seria o regime de segregação imposto pela população branca a população negra. Embora o caso mais conhecido seja o longo regime da África do Sul (1948-1994), regimes de segregação social aconteceram nas colônias em África e Ásia, na América.
- 5 Segundo o autor o termo diáspora não se limita à redação acadêmica e ele mesmo contabilizou um milhão de acessos ao Google indicando nesta amostragem que a grande maioria não é acadêmica.
- 6 Segundo Edward Alpers R. W. Beachey, a diáspora africana e a África oriental: uma palestra inaugural realizada em Makerere University College (Universidade da África Oriental), Kampala, Uganda, em 31 de julho de 1967 (Nairobi: Oxford University Press, 1969). Beachey também participou do Congresso de Dar es Salaam em 1965.
- 7 Este estudo fez parte de um artigo chamado ponto de vista na revista *The new magazine of The American Historical Association* em setembro de 1998. Devido ao grande interesse na publicação deste periódico se anunciou que no encontro anual da associação no ano seguinte 1999 o tema seria Diásporas e Migrações na História.
- 8 Sobre este tema consulte-se também Mann, Kristin. *Shifting Paradigms in the Study of the African Diaspora and of Atlantic History and Culture. Slavery and Abolition*, v.22, n.1, 2001.
- 9 Falamos de trabalhos como os de Baylin, B. *Atlantic History, concept and contours*. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 2005. Games, Alison. *Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. The American Historical Review*, Vol. 111, No. 3, June 2006, pp. 741-757. Steele, Ian K. *Exploding Colonial American History: Amerindian, Atlantic, and Global Perspectives, Reviews in American History*, v. 26, n. 1, p. 70-95, 1998. Curtin, Philip. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Wisconsin Press, 1972. Gilroy, P. *Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. 34 e Cândido Mendes, 2001.
- 10 "Se o termo nagô fora criado no circuito do tráfico, a *identidade* nagô seria uma elaboração brasileira, mais especificamente baiana. Na Bahia os escravos usaram os elementos comuns de seu passado africano para se reconhecerem como "parentes étnicos", p. 336.
- 11 Veja-se, neste sentido, a extensão da pesquisa de Gwendolyn Hall, em diferentes locais na África e as ressalvas, como as feitas acima, relativas à pesquisa nos arquivos.

Lúcia Helena Oliveira SILVA. Professora Doutora. Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. Av. Dom Antonio, 2100, Assis, 19806-900 São Paulo, Brasil.

Regina Célia Lima XAVIER. Professora Doutora. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Bento Gonçalves, 9.500, Porto Alegre, 91501-970 Rio Grande do Sul, Brasil.

Recebido em: 31/05/2018

Aprovado em: 30/06/2018